

## **Caderno de Encargos**

### **Consulta Prévia**

#### **“Aquisição de serviços de renovação do alojamento dos servidores”**



## Parte I

### Cláusulas Gerais

#### Capítulo I

#### Disposições Gerais

##### Cláusula 1.ª

##### Objeto do Concurso

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Aquisição de serviços de renovação do alojamento dos servidores”** a efetuar nos termos e condições definidas no na **Parte II** do presente caderno de encargos.

##### Cláusula 2.ª

##### Prazo da aquisição de serviços

1. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. A aquisição de serviços inicia-se com a produção de efeitos do contrato, que deverá ocorrer com a eficácia do mesmo e, concluir-se-á num prazo de **12 meses**.

##### Cláusula 3.ª

##### Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva



prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### Cláusula 4.ª

##### **Preço base**

O preço base para a aquisição dos serviços é de **€ 55.467,72** (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor.

Para os devidos efeitos foi realizada uma consulta preliminar, solicitando uma estimativa de preço em conformidade com as especificações descritas no **Anexo VII** do presente caderno de encargos, assegurando-se desta forma os princípios da não discriminação e transparência sobre os quais versa o artigo 35.º-A do CCP.

## **Capítulo II**

### **Obrigações das partes**

#### **Secção I**

##### **Obrigações principais do adjudicatário**

#### Cláusula 5.ª

##### **Obrigações principais do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador a execução dos serviços nos seguintes termos:
  - a) Executar o serviço de acordo com as especificações técnicas definidas no Anexo VI do presente caderno de encargos;
  - b) Executar um serviço de qualidade, em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de Encargos e da respetiva proposta;



- c) Executar o serviço que lhe for adjudicado, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - d) Obrigação de zelar pela chegada atempada dos alunos às escolas;
  - e) Obrigação de cumprir todas as normas de segurança aplicáveis ao transporte escolar;
  - f) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do Município, no âmbito da prestação de serviços, a qual poderá ser feita a qualquer momento sem necessidade de aviso prévio;
  - g) Entregar a entidade adjudicante todos os documentos que esta achar necessários para verificação das condições da prestação do serviço nomeadamente os associados ao cumprimento da Lei n.º 13/2006 de 17 de abril na atual redação e demais legislação aplicável;
  - h) Prestar as informações que forem solicitadas pelo Município;
  - i) Realizar os serviços enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratualizados;
  - j) Nomear um técnico que represente o adjudicatário em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante representada pelo gestor de contrato e o adjudicatário.
2. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do bem associado ao objeto do contrato que exista no momento em que este for disponibilizado.
3. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema e organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. O adjudicatário obriga-se a cumprir com o disposto nas disposições conjugadas dos artigos 419.º-A- e 451.º, ambos do CCP, na sua atual redação.

#### Cláusula 6.ª

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.



Cláusula 7ª

**Seguros e encargos sociais**

1. O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair, todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução da aquisição de serviços objeto do presente contrato.
2. O Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

Cláusula 8ª

**Conformidade e garantia técnica**

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações às exigências legais, aplicáveis aos contratos de aquisição de bens, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 9ª

**Dever de sigilo e Tratamento de Dados Pessoais**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes;
4. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais, fá-lo-á exclusivamente e na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do Contrato, nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 e por conta e de acordo com as instruções da entidade adjudicante, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais;
5. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, comprometendo-se ainda ao



seguinte;

6. Respeitar integralmente o disposto na legislação nacional e internacional em vigor relativa à proteção de dados pessoais e, em qualquer outra legislação que a substitua ou venha a ser aplicável a esta matéria;
7. Cumprir rigorosamente as instruções do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais;
8. Tratar os dados pessoais de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa fé, utilizando-os exclusivamente para as finalidades a que se reporta o Contrato, não podendo ser posteriormente cedidos nem tratados de forma incompatível com tais finalidades;
9. Implementar as medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
10. Comunicar de imediato ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais;
11. Apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento;
12. O adjudicatário obriga-se a manter os dados pessoais estritamente confidenciais, sendo responsável pela confidencialidade e utilização dos mesmos por parte dos respetivos trabalhadores, outros colaboradores ou subcontratados;
13. Se quaisquer dados se perderem ou forem danificados no âmbito da execução do contrato, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as medidas que forem necessárias com vista à recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para a entidade adjudicante;
14. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o Município de Figueira de Castelo Rodrigo por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita dos dados referidos, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha que pagar.

Cláusula 10.ª

**Prazo de dever de sigilo**



O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Seção II**

### **Obrigações do Município de Figueira de Castelo Rodrigo**

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Preço contratual**

1. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo deve pagar ao prestador de serviços o preço unitário constante da proposta adjudicada, acrescido de Iva à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Faturação**

1. As faturas deverão ser emitidas mensalmente reportando-se à execução de serviço relativo ao mês precedente.
2. O valor a faturar mensalmente ao Município terá que corresponder apenas aos dias efetivos de prestação do serviço, valorizados de acordo com o preço definido na proposta adjudicada.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Condições de pagamento**

1. A quantia devida pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo das respetivas faturas.



2. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### **Capítulo III**

#### **Penalizações contratuais**

##### **Cláusula 14.ª**

#### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento da prestação de serviços em causa.
2. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem em conta, nomeadamente a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que Município de Figueira de Castelo Rodrigo exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### **Cláusula 15.ª**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente,





tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Cláusula 16.ª

**Caução**

Não é obrigatória a prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª

**Resolução por parte do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de



serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente as previstas no artigo 333.º conjugado com o artigo 448.º do CCP

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

#### Cláusula 18.ª

##### **Resolução por parte do cocontratante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de o prestador de serviços pode resolver o contrato, no caso do contraente publico não cumprir com a sua parte do contrato.
2. Para os devidos efeitos aplica-se o disposto nos artigos 332.º e 449.º do CCP.

#### **Capítulo IV**

##### **Disposições Finais**

#### Cláusula 19.ª

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do círculo a que o Município de Figueira de Castelo Rodrigo pertence, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### Cláusula 20.º

##### **Modificações ao contrato**

São permitidas apenas modificações objetivas do contrato nos termos do disposto no artigo 312.º e 313.º do CCP.

#### Cláusula 21.º

##### **Serviços Complementares**

As existências de serviços complementares que são aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato competindo ao contraente público ordenar o



cocontratante para a sua execução, aplicando-se para o afeito o disposto no artigo 454.º do CCP.

#### Cláusula 22.º

##### **Suspensão dos Serviços**

1. Suspensão dos serviços por parte da entidade adjudicante
  - a) A entidade adjudicante, em razão de circunstâncias excecionais, pode mandar suspender a execução dos serviços de forma parcial ou total, nomeadamente, mas sem limitar por não cumprimento, por parte do adjudicatário, dos termos e condições previstas no presente caderno de encargos, bem como na proposta adjudicada e demais requisitos exigidos por Lei;
  - b) No caso referido no número anterior, o adjudicatário não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes
2. No decorrer da execução do contrato as partes podem, através de acordo, suspender total ou parcialmente os serviços, em situações extraordinárias devidamente fundamentadas, que impossibilitem a continuidade da execução do contrato nos termos e condições inicialmente definidos.
3. Para efeitos do disposto do presente artigo aplica-se ainda o previsto nos artigos 297.º e 298.º do CCP em matéria de suspensão da execução das prestações contratuais.

#### Cláusula 23.ª

##### **Cessão da posição contratual e subcontratação**

Não é permitida a cessão da posição contratual e subcontratação durante a vigência do contrato.

#### Cláusula 24.ª

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se recebida na data constante da respetiva comunicação



de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### Cláusula 25.ª

##### **Deveres de Informação**

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.
3. Deverá ainda ser comunicado pelas partes, desde que tal informação não seja de conhecimento público, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, denominações sociais, representantes legais, personalidade jurídica e situação comercial.

#### Cláusula 26.ª

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### Cláusula 27.ª

##### **Casos Omissos**

Os casos omissos resultantes deste Caderno de Encargos serão resolvidos, pela entidade competente para autorizar a despesa, ou de acordo com o regulamento na legislação portuguesa.

#### Cláusula 28.ª



### **Gestor do Contrato**

O contraente público deve designar um ou mais gestores do contrato nos termos do artigo 290.º-A, com a função de acompanhar permanentemente a execução do respetivo contrato. A identificação do gestor do contrato constitui parte integrante do contrato a celebrar conforme disposto na alínea i) do artigo 96.º do CCP.

### **Cláusula 29.ª**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Figueira de Castelo Rodrigo, 16 de janeiro de 2025

O Vice-Presidente da Câmara,

(Por subdelegação de competências, através do despacho n.º 9 – PCM/2021 de 25 de outubro de 2021 do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99 de 8/6 e ainda das disposições conjugadas da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do n.º 1 do artigo 34.º da aliena f) do n.º 1 do artigo 35.º e do n.º 2 do artigo 36.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12/09)



**Anexo VII**  
**Especificações Técnicas/Cláusulas Técnicas**  
(a que se refere o n.º 1 do artigo 49.º do CCP)

1 – O adjudicatário deverá fornecer ao Município do Município de Figueira de Castelo Rodrigo os seguintes serviços de suporte e comunicações em equipamentos alojados em Data Center com as seguintes características:

1.1) Onde seja garantido o controlo das condições ambientais através de sistemas (de ar condicionado) redundantes com controlo e regulação automática de temperatura e humidade, garantido sempre a sua manutenção dentro dos parâmetros estabelecidos pelas melhores práticas da arte e recomendações internacionais;

1.2) Onde seja garantida a existência de sistemas de deteção de gás e inundação, nas salas de TI & SI's onde serão alojados os servidores. Estes processos deverão ser complementados com sistemas de alarmista centralizada e controlada por operadores nas próprias instalações para aumentar os níveis de eficiência e segurança;

1.3) Onde seja garantida e protegida a integridade física dos equipamentos pela presença de equipas de segurança (24x7x365), por portas corta-fogo com controlo de acessos, por sistemas de deteção e extinção de incêndios, por sistemas de alarmística, circuitos fechados de videovigilância, sistemas diversos de deteção de intrusão, de movimento e de abertura e fecho de portas;

1.4) Onde sejam garantidos pelo menos 4 perímetros de segurança física entre a entrada pública e as infraestruturas de TIs na sala de alojamento. Todos estes perímetros de segurança deverão estar protegidos por portas blindadas, antifogo e com sistema de controlo de acessos biométrico.

1.5) Onde seja garantida conectividade direta ao Backbone IP de Comunicações Nacional (Português), bem como a redundância ao nível dos percursos de distribuição de comunicações por caminhos distintos;

1.6) Onde seja garantida redundância de sistemas ao nível do fornecimento de energia elétrica autossuficiente em regime de failover. Em caso de falha, cada sistema deverá dispor de equipamentos redundantes (UPS, Baterias e Geradores). As salas de quadros elétricos, Unidades de Energia Ininterrupta, geradores, ar condicionado e de rede devem ser de acesso restrito e isoladas por área funcional;

1.7) Dispor de um centro de operação e supervisão que assegura toda a operação e supervisão das instalações numa base permanente (24x7x365).

1.8) Dispor de certificação Tier III (pelo Uptime Institute) em termos de conceção e instalação, o que implica garantir que todo o projeto de infraestrutura segue um princípio de redundância N+1, permitindo à infraestrutura alcançar uma disponibilidade anual mínima de 99,98%.

1.9) Dispor ainda das certificações  
ISO 20000 (ITIL) - Serviços de Gestão de Tecnologias de Informação  
ISO 27001 - Gestão de Segurança da Informação



- 1.10) Todos os serviços de configuração inicial e migração de dados de todos os servidores virtuais para a futura plataforma (ou novo fornecedor) deverão ser executados, pelo adjudicatário, em horário pós-laboral e num período máximo de 48 horas sem causar qualquer impacto ou quebra de serviço nos ambientes produtivos do Município.

O serviço de servidores virtuais que o adjudicatário garante prestar deverá garantir o seguinte:

- A) Disponibilização ágil e em tempo real (imediata) de recursos lógicos computacionais com elevada segurança, escalabilidade e disponibilidade, a partir de uma interface de gestão web que seja simples e intuitiva;
- B) Permitir através de um ambiente virtual dedicado, constituído por recursos de processamento, memória, armazenamento e de rede totalmente flexíveis, para permitir acomodar diferentes tipos de aplicações e de forma automática;
- C) Permitir a virtualização de contextos de firewall, isolamento de rede, possibilidade de definição de políticas de segurança entre aplicações ou servidores para permitir ou bloquear comunicação na mesma rede local virtual ou em redes locais virtuais distintas. Permitir o controlo de acesso baseado em perfis de utilização e integração com redes privadas;
- D) Deverá garantir uma plataforma de serviço alojada em ambiente isolado e com redundância implementada a todos os níveis: servidores, armazenamento, virtualização, switching e segurança;
- E) A infraestrutura deverá permitir a implementação e regras para distribuição tráfego entre servidores ou para implementar mecanismos de failover.
- F) Permitir a realização de cópias aos seus servidores virtuais, uma vez definidas a frequência e o período de retenção. Possibilidade de recuperação de toda a informação, restaurando qualquer cópia que tenha realizado;
- G) Monitorização do estado dos servidores e dos seus recursos, permitindo ajustar a capacidade de forma proactiva;
- H) Permitir: Acessos Remotos SSL VPN (client-to-site) e IPSec (site-to-site); endereçamento IPv4 e IPv6; Largura de banda dedicada;
- I) Garantir disponibilidade de serviço dos servidores privados de 99,95%; suporte telefónico especializado 24 x 7 em língua portuguesa; suporte telefónico comercial 7 x 5;
- J) Backups de todos os dados, ao nível do file system e aplicacional com periodicidade diária e retenção de 12 meses.
- K) Todos os dados são replicados continuamente para um data center, do adjudicatário, geograficamente redundante (com distancia mínima de 100KM em linha reta entre o data center produtivo e redundante).



Dimensionamento da solução pretendida:

	Descrição	Quantidade
i	<b>Recursos Cloud IaaS – Servidores Virtuais</b>	
	vCPU	140
	vRAM (GB)	280
	SSD (GB)	7200
ii	<b>Serviços de Firewall e Segurança</b>	
	Firewall Data Center com funcionalidades avançadas (incluir serviço de intrusão na rede e centro de operações de segurança perante 24x7)	1
	Gestão 24x7	
	Serviços Avançados IDS, IPS, URL Filtering, Anti DDOS;	
	Serviço Antivírus por servidor	10
iii	<b>Serviços de Administração e Monitorização de Sistemas</b>	
	Administração de Sistema Operativo - MS Windows 9x5 (Stand-Alone)	8
	Administração de Sistema Operativo - Linux 9x5 (Stand-Alone)	2
iv	<b>Licenciamento Software Microsoft®</b>	
	Windows Remote Desktop Services SAL AllLng License/Software Assurance Pack MVL 1 License	60
	Windows Server para todas as VMs a criar pelo Município durante o período contratual	Ilimitado
	Office Standard	60
v	<b>Serviços de Backup:</b>	
	Política File System (Ficheiros e Pastas) e BD SQL 1x Full Semanal + 6 Incrementais Cumulativos (Full retenção = 12 mês; Incrementais Retenção Mensal) para Ficheiros e pastas 1x Full Semanal + Diferenciais diários e Tlogs 1 em 1 hora (Full e Diferenciais com Retenção de 2 meses; Tlogs Ret = 2 semanas) para Base de Dados SQL Server	1
	Licença Agente de Backup	10





vi	<b>Serviços de Comunicações</b>	
	Conectividade de Data Center Internet simétrica - 30 Mbps	1
	Conectividade do Data Center à VPN.IP simétrica com Débito 300Mbps	1
	Ligação suportada em Fibra Ótica do tipo VPN nos Paços do Concelho com Débito simétrico 300Mbps + Router com Operação, Manutenção e Gestão do Operador com SLA máximo para reposição de serviço: 6 horas lineares nível	1



## **Anexo VII**

(informação a que se refere o n.º 4 do artigo 35.º - A do CCP)

Para efeitos de apuramento do preço base, foi realizada uma consulta preliminar à entidade MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., solicitando uma estimativa de preço para a execução do serviço de acordo com as especificações descritas no Anexo VI (Especificações Técnicas) do presente caderno de encargos.

Em resposta ao pedido, a entidade apresentou a informação pretendida tendo sido considerado o preço base do procedimento. O valor definido servirá como limite máximo que o Município se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do presente procedimento.

Considerando que a entidade que forneceu toda a informação preliminar para a formulação do preço base será convidada para apresentar proposta, numa perspetiva de preservar a integridade concorrencial desde logo limitada atendendo ao tipo de procedimento adotado, no cumprimento dos princípios da não discriminação e transparência sobre os quais versa o artigo 35.º - A do CCP, informa-se que todas as comunicações efetuadas, em sede de consulta preliminar, entre a entidade estão disponíveis a todos os concorrentes, em caso de pedido devidamente formalizado.

No cumprimento do que antecede, todas as informações trocadas em sede de consulta preliminar, independentemente da altura do pedido de consulta, apenas serão disponibilizadas pela entidade adjudicante decorrido o prazo para a apresentação das propostas no âmbito do procedimento de contratação pública realizado.

